



Fotos: Virginia Marques

MERCADO AMBIENTAL

EM SEMINÁRIO TÉCNICO PROMOVIDO PELA AESAS, IPT DIVULGA VERSÃO ATUALIZADA DO PANORAMA DE GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS NO BRASIL

Por Sofia Jucon

Com estimativa de movimentar R\$ 1,5 bilhão ao ano, o setor de gerenciamento de áreas contaminadas enfrenta desafios, mas é um dos mais importantes fomentadores do mercado ambiental no Brasil. A afirmação foi constatada durante a apresentação da versão atualizada do Panorama GAC – Gerenciamento de Áreas Contaminadas - estudo realizado pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em cooperação técnica com a Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, e a Aesas - Associação Brasileira das Empresas de Consultoria e Engenharia Ambiental -, durante o Seminário Mercado Ambiental Brasileiro – Resultados 2016 e Tendências

até 2020, realizado dia 8 de dezembro, no auditório do IPT, em São Paulo, SP.

A solenidade de abertura contou com Ana Paula Queiroz, presidente da Aesas; Zehbour Panossian, diretora de Inovação do IPT; e Cláudia Echevengá Teixeira, pesquisadora do IPT no Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas. Na oportunidade, Ana Paula explicou os objetivos desta edição, desenvolvida com um formato mais abrangente para a participação não só dos players que atuam na gestão das áreas contaminadas, mas, também profissionais de outros setores, como resíduos, visando, assim, proporcionar uma discussão mais ampla em prol deste mercado.

Após uma retrospectiva sobre a pesquisa, iniciada em 2014, Cláudia destacou a intenção de desenvolver o estudo sob um olhar de negócios. “Com base na identificação de 230 empresas, nossa intenção era fazer uma exploração de fonte primária, portanto, elaboramos instrumentos de pesquisas, de levantamento de dados, tentando abordar e avaliar três partes que compõem esse setor: as pessoas que formam essa cadeia e que motivam esse mercado; quem são os proprietários e responsáveis pelas áreas contaminadas; e ouvir os órgãos ambientais, sobretudo, os estaduais, do Brasil inteiro, que regulam esse setor”, contou. A mostra contou com 24 respondentes na primeira ação, em 2014, e passou para 33 respondentes na segunda etapa, em 2015, e possibilitou apresentar o mapeamento real da cadeia de gerenciamento de áreas contaminadas. “Este é um primeiro draft, que está sendo disponibilizado online, mas está previsto que seja feita uma tiragem impressa em breve”, informou Cláudia.

Dinâmica econômica

Com a proposta de fazer o mapeamento econômico para toda a cadeia de gerenciamento de áreas contaminadas, o segundo objetivo do estudo foi retratar qual a dinâmica desse setor e como ele se organiza para verificar qual o motivo dele não conseguir gerar mais negócios e como pode vir a fomentar mais negócios. Entre os dados principais, foram identificadas 5.791 áreas contaminadas e um mercado que conta com 230 atuantes na cadeia, desde microempresários individuais até grandes empresas (incluem consultorias ambientais, empresas de sistemas de remediação e prestação de serviços, fornecedores de insumos e equipamentos, escritórios de advocacia, laboratórios de análises, instituições de pesquisa e outros).

Segundo Flávia Motta, gerente da área responsável pela gestão da tecnologia e inovação do IPT, para chegar a esses dados primeiro foi necessário fazer um desenho conceitual dessa cadeia, com todas as atividades econômicas e como elas se interconectam até chegar nas áreas contaminadas. “De acordo com publicações internacionais, a contabilidade econômica depende da organização de informações, e no Brasil isso é difícil, porque cada empresa registra, legalmente, suas atividades de uma forma”, explicou

Flávia. Conforme ela, as 172 empresas que atuam só com gerenciamento de áreas de risco tem cerca de 32 grupos diferentes de CNAES (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). “Portanto, não temos bem um setor, temos um conjunto de atividades que se interconectam em cadeia para essa atividade final, de tratamento das áreas de risco. Os dados são ainda uma aproximação, mas calibrados com base em informações sólidas”, observou.

Regulação

Para Flávia, o setor é muito heterogêneo e não funciona por si só, o que dá ritmo de negócios é a regulação. Além disso, esse sistema todo tem o suporte de instituições financeiras que atuam tanto nos empreendimentos quanto na geração de conhecimentos e que também é subsidiado por instituições que geram mão de obra formada e informações que podem ser aplicados pelas empresas. “Em termos de dinâmica econômica é um setor que depende da regulação, quanto mais consistente for essa regulação mais negócios são gerados. Outro fator é que os financiamentos devem ser adequados tanto para tratar as áreas contaminadas quanto para gerar conhecimento e tecnologias para ser aplicadas nas áreas, favorecendo a geração de negócios mais rápida, bem como tecnologias mais baratas e mais acessíveis para conseguirmos um volume consisten-



Cláudia, do IPT, fez uma retrospectiva sobre a iniciativa e destacou que o Panorama GAC foi desenvolvido sob o olhar de negócios



te de aplicação das atividades inerentes e melhores resultados”, apontou a especialista.

Em seguida, Yuri Basile Tukoff Guimarães, pesquisador da Coordenadoria de Planejamento e Negócios do IPT, apontou diversas tendências do mercado, projetadas a partir do Panorama GAC. Segundo o pesquisador, do universo de 230 empresas, das 33 empresas respondentes, foram identificadas a participação de empresas por elo da cadeia produtiva, das quais:

- 39,4% são consultorias ambientais;
- 33,3 são sistemas de remediação e prestação especializados;
- 6,1% fornecedor de insumos e equipamentos;
- 6,1% escritório de advocacia;
- 6,1% não declarado;
- 3% sondagem, amostragem de solo e água (ensaios in situ);
- 3% instituto de pesquisa/ensino, e
- 3% laboratórios de análises.

“Com a distribuição das empresas por faixa de faturamento chegamos a uma média de que esse setor pode gerar R\$ 1,5 bi ao ano. Acreditamos que essas estimativas são pontos iniciais para que possa ver o que é o mercado de remediação ambiental”, explicou.

Flávia e Guimarães explicaram a dinâmica econômica e as tendências de mercado, a partir dos resultados apresentados no Panorama GAC

Guimarães observou que as empresas da mostra enxergam que uma maior fiscalização pode resultar em oportunidades mais relevantes para o mercado, além da importância da agilidade do órgão ambiental. Conforme ele, o padrão é que cada empresa atenda pelo menos quatro setores, listados entre a indústria, o imobiliário, postos de gasolina, petróleo e gás, consultoria ambiental, governamental, agropecuário e outros. Os grandes gargalos da cadeia, segundo Guimarães, estão na deficiência e aplicação das leis, além do alto custo de aplicação das técnicas de investigação. “Uma maior fiscalização e agilidade dos órgãos ambientais são oportunidades relevantes para o aumento da atuação das empresas, mas as inovações do setor devem buscar também mais eficácia e menor custo”, resumiu.

Fator-chave

O seminário foi composto por duas mesas redondas, a primeira abordou as Dificuldades e problemas do setor de gerenciamento de resíduos, com palestra de Eduardo Della Manna, vice-presidente de Assuntos Legisla-

Ana Paula, da Aesas, ressaltou a importância de envolver outros setores, como o de resíduos, para uma discussão mais ampla do mercado

tivos e Urbanismo do Secovi-SP, que mostrou a produção imobiliária e a reabilitação de áreas contaminadas. Conforme Della Manna, a indústria de produção imobiliária é o segundo maior cliente do GAC. Ele apresentou um histórico onde mostrou que o conceito de proteção do solo foi o último a ser abordado nas políticas ambientais dos países industrializados; e apontou que o fenômeno da desindustrialização paulistana, na década de 2000, levou à necessidade de identificação de áreas contaminadas.

O executivo advertiu que, atualmente, a demora para investigação e remediação de áreas contaminadas podem afastar imobiliárias da compra e tratamento de terrenos comprometidos. "Ao contrário do setor industrial, para o setor imobiliário o prazo de aprovação de um projeto e o rápido tempo de remediação é fator-chave para o desenvolvimento do negócio. Acreditamos que a legislação pode se adequar e dar um tratamento diferenciado ao setor da produção imobiliária", salientou.

Outro fator apontado por Della Manna é a insegurança jurídica, levada a cabo, principalmente, pela tese da remediação integral por alguns representantes do Ministério Público, que pode levar o setor imobiliário a abandonar essas áreas que tiveram um passado de uso industrial, possibilitando que sejam causados problemas sociais futuros muito mais graves do que temos hoje.

A formação da mesa contou com André Rebouças, vice-presidente da Arcadis Logos, que representou as consultorias; Thiago Gomes, vice-presidente da Aesas, no papel da indústria fornecedora de produtos para remediação; Marise Hosomi Spitzack, da Demarest Advogados, que abordou a questão da segurança jurídica; Stefan Rohr, do Ciesp Campinas e Mirna de Leiros Medeiros, da Zanettini, Barossi S/A, que representaram a indústria; e Rodrigo Cordeiro, da Acqua Consultoria, que moderou o painel.

A segunda mesa redonda tratou das Tendências Mercadológicas até 2020, com palestra de Alfredo Rocca, gerente do Departamento de Avaliação de Processos e Projetos da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Cetesb, que deu um parecer sobre a questão do Licenciamento Ambiental e Passivos de Solo e Águas Subterrâneas. "Para um processo mais ágil, as etapas do licenciamento ambiental podem ser harmonizadas



com as etapas do gerenciamento do passivo, portanto, é importante que o trabalho de remediação seja bem feito", destacou.

Sobre as tendências do mercado, Rocca mostrou uma tabela de obras lineares que foram licenciadas nos últimos seis anos na Cetesb e afirmou que o desenvolvimento desse setor vai depender de como a economia vai se comportar.

Para os debates desta mesa foram convidados José André, diretor da Unidade de Negócios de Análises Ambientais da Merieux - Bioagri, que representou os laboratórios de análises ambientais; Carlos Fernandes, presidente da Abetre - Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes, que falou sob a ótica do setor de resíduos; Flávia e Guimarães, do IPT; e Cordeiro, da Acqua Consultoria, como moderador.

O seminário foi encerrado por Ana Paula, da Aesas; e Nestor Kenji Yoshikawa, chefe do Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas e diretor substituto do CT-Geo - Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas do IPT, que destacaram a importância do evento para estabelecer diretrizes mínimas para o setor e para o empreendedor saber o que ele precisa para viabilizar o seu negócio. Com a participação de mais de 150 profissionais do setor, o evento foi organização da Soldi Ambiental, com apoio institucional do CRQ-IV Região de São Paulo, da Abetre, da Expo Estratégia Produção e Eventos, e da Revista Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade, que participou como mídia oficial. ■